

## INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS – PECUÁRIA, BAGÉ/RS (1ª FASE)

**KOSBY, Marília**<sup>1</sup>

<sup>1</sup> *Bacharelado em Antropologia (UFPel) / marilia\_kosby@yahoo.com.br*

**LESTON Jr, Odilon**<sup>2</sup>

<sup>2</sup> *Bacharelado em Antropologia (UFPel) / odilon\_leston@hotmail.com*

**RIETH, Flávia**<sup>3</sup>

<sup>3</sup> *Professora do curso de Bacharelado em Antropologia (UFPel) / riethuf@uol.com.br*

### 1. Introdução:

Em consonância com a política de preservação da diversidade étnica e cultural do país, a presente iniciativa de pesquisa atende a uma demanda da Prefeitura Municipal de Bagé/RS, acolhida pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel)<sup>1</sup>, por intermédio do curso de Bacharelado em Antropologia, visando a documentação, a produção de conhecimento e o reconhecimento da pecuária, enquanto referência na estruturação da cultura gaúcha.

Percebido como um “fato social total”, por permear diferentes dimensões da vida no pampa e permitir a discussão sobre uma ampla gama de relações sociais, o sistema da pecuária – criação de bovinos, ovinos e eqüinos, para fins econômicos – tem, na perspectiva deste estudo, o estatuto de patrimônio dessa região. Ao pensar as culturas como patrimônio, a partir do que sugere Gonçalves (2004), atenta-se para a idéia de comunicação entre o passado e o presente, o cosmo e a sociedade, o indivíduo e o grupo social, e entre a história, a memória e a experiência. Assim, ao se tratar da noção de patrimônio, consideram-se as dimensões da ressonância, da materialidade e da subjetividade.

A ênfase na materialidade dialoga com o conceito antropológico de cultura, no intuito de indissociar os aspectos materiais e imateriais do patrimônio cultural. De outra parte, tais fatos não se constituem somente como emblemas exteriores ao indivíduo, trazendo a dimensão do patrimônio como constitutiva dos sujeitos.

Desta forma, a proposta de inventariar a pecuária como referência cultural do pampa<sup>2</sup>, privilegia a relação cultura/natureza, mais especificamente a relação do homem com os animais, para pensar a configuração desta paisagem.

Ao mesmo tempo afirma que se entende por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a preservação e a promoção deste patrimônio em seus diversos aspectos. Tal patrimônio imaterial, fundado sobre a tradição é apresentado como intangível e também como absolutamente dinâmico uma vez que revela uma renovação constante de suas formas de expressão.

---

<sup>1</sup> Equipe de pesquisadores do INRC- Pecuária/Bagé, 1ª Fase: Flávia Rieth (coordenadora), Fábio Vergara, Maria Letícia M. Ferreira, Marília Kosby, Odilon Leston Jr., Renata Menasche e Cláudia Turra (consultoria LEPPAIS).

<sup>2</sup> Ondina Fachel Leal discute a constituição acadêmica e sócio-antropológica do “Sul” como um território de significados de uma realidade social específica, de um sistema de valores e de uma determinada área social. Para Leal (1997), “os limites desta área cultural etnografada e etnografável, freqüentemente nominada o Sul, numa estratégica imprecisão retórica, não coincidem com os limites políticos do estado rio Grande do Sul ou mesmo os da nação Brasil.”

## 2. Metodologia:

A metodologia desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para inventariar bens patrimoniais de caráter imaterial será empregada neste projeto, beneficiando-se da experiência acumulada por membros da equipe de pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais - Produção de Doces Tradicionais Pelotenses<sup>3</sup>. O projeto ainda recebe sustentação do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som (LEPPAIS).

O INRC é desenvolvido por pesquisadores da área de antropologia e história, buscando apreender aspectos da dinâmica cultural, bem como, de registros documentais e historiográficos. Esta pesquisa constitui-se da elaboração da primeira fase do inventário da cultura gaúcha, a partir de levantamento preliminar de dados bibliográficos e etnográficos sobre as relações sociais entre homens, animais e utensílios envolvidos na produção pecuária na região sul do Rio Grande do Sul, e sua consecutiva documentação e divulgação.

## 3. Resultados e discussão:

A formação do estado do Rio Grande do Sul assenta-se na relação conflituosa entre os impérios português e espanhol na disputa por território e domínio político e econômico (Zanotelli *et al*, 2003). Tal ocupação territorial teve início através dos padres jesuítas que, vindos do Paraguai, se instalaram na margem leste do Rio Uruguai com o objetivo primordial de catequizar grupos indígenas que habitavam os territórios sulinos. Inicialmente logrando em seus intentos, os jesuítas fundaram, a partir de 1626, aldeias e povoados chamados missões ou reduções. O conjunto de povoados de maior importância histórica foram os Sete Povos das Missões. Ademais, foram os jesuítas que introduziram a criação de animais no Rio Grande do Sul: ovinos, eqüinos e principalmente bovinos.

Ainda no século XVII, as missões começaram a ser invadidas por bandeirantes – homens vindos de São Paulo, que atacavam as aldeias com a finalidade de aprisionar os índios para vendê-los como escravos. Em função destes sucessivos ataques, as missões entraram em decadência e os rebanhos espalharam-se pelo campo aberto reproduzindo-se livremente, tornando-se um gado selvagem (Moreira, 1999). Este gado cresceu livre durante décadas. Inicialmente milhares de cabeças de gado vacum eram sacrificados apenas para a retirada e venda do couro.

Por volta da primeira metade do séc. XVIII, desenvolveu-se a mineração em Minas Gerais, o que atraiu milhares de pessoas para a região e formou um mercado de consumo para os produtos da pecuária rio-grandense: couro, carne, leite e animais para transporte. Em conseqüência, a atividade de caça foi sendo substituída pela criação de gado, pois os animais passaram a ser reunidos em locais destinados a tal finalidade: as estâncias (*Idem*, 1999).

Assim, estimulada pelo mercado do Sudeste do país, principalmente de Minas Gerais, desenvolveu-se a pecuária no Rio Grande do Sul. Portugueses, paulistas e catarinenses ganhavam do governo grandes extensões de campo, onde instalavam suas fazendas de criação de gado. Com o tempo, as áreas campestres, principalmente as da Campanha, ficaram povoadas de fazendeiros.

A partir de 1780 notamos uma modificação na utilização do gado vacum. Iniciam, na capitania de São Pedro, as charqueadas em Pelotas, e a carne começa a ganhar considerável valor comercial. Porém, durante anos o couro continuou com grande valor

---

<sup>3</sup> A realização do INRC - Produção de doces tradicionais pelotenses teve como proponente a Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas e conta com a parceria da Secretaria Municipal de Cultura e do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A Universidade Federal de Pelotas é executora desta investigação, por intermédio do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia. O Inventário é financiado pela Unesco e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

monetário. As vacarias geralmente vindas da região da campanha traziam o gado para ser vendido na região de Pelotas.

Em meados do Século XIX, para delimitar as propriedades, iniciou-se o uso do arame farpado e alambrado. Desta forma o dono da estância conseguia controlar seus peões e impedir o uso de sua propriedade por gaúchos nômades, geralmente tropeiros sem a posse da terra, que habitavam na região. Estes gaúchos sem nacionalidade definida transitavam facilmente entre os atuais territórios brasileiro, uruguaio e argentino, e tinham como principal atividade retirar o couro do gado *vacum* e vendê-lo no mercado informal, na região de domínio português e para a metrópole hispânica. O modelo de transação econômica praticado por estes gaúchos era possível porque havia o gado nesta região, ao mesmo tempo, era considerado ilegal porque os animais soltos pelos campos eram de propriedade real – tanto da coroa portuguesa quanto espanhola.

As estâncias pertencentes a proprietários portugueses iniciaram a domesticação do gado da região. Entretanto, não existia tratamento para a saúde dos animais. A partir do século XX notamos uma drástica diferença no tratamento da saúde do gado, com evidente melhora. A qualidade da carne e a genética destes animais tornam-se referência no país e a carne bovina produzida na região da campanha é exportada para inúmeros países.

A região da campanha<sup>4</sup>, onde se localiza o município de Bagé, é conhecida pela criação de gado bovino de corte de significativa qualidade, com melhoramento genético dos animais. Começam na região exposições de gado, ovinos e eqüinos. O cavalo, principal instrumento de trabalho fundamental para a produção pecuária, era utilizado para arrebanhar o gado *vacum*. Já a criação de ovelhas, além de suprir a demanda doméstica de carne da propriedade, através da venda anual de lã, ajudava a cobrir as despesas de manutenção da propriedade – com o advento da lã sintética, a criação de gado ovino diminui expressivamente, passando a atender nichos específicos do mercado de carne e a demanda da produção artesanal de artefatos de lã.

A criação de gado de corte e a exposição destes animais, gera milhões de reais para a região da campanha. Estas duas atividades são majoritariamente vinculadas a grandes e médias propriedades rurais. No entanto, embora o ponto de partida para este estudo seja a região da campanha, mais especificamente, a localidade de Bagé, a paisagem cultural que se configura a partir da produção pecuária, sua origem, manutenção e perpetuação, extrapola tais limites geográficos e políticos, transitando suas fronteiras pelos territórios que abrange a chamada “cultura gaúcha”. Assim sendo, tal área cultural<sup>5</sup> perpassa tanto o sul do Rio Grande do Sul quanto países vizinhos, como Argentina e Uruguai.

#### 4. Conclusões:

Por “cultura gaúcha” entende-se, a princípio, o conjunto dinâmico de relações geradas e transformadas a partir da presença dos gaúchos em territórios que, não possuindo fronteiras étnicas fixas, se construíram em estreita relação com o trânsito da criação e comercialização de gado em terras argentinas, uruguaias e sul-riograndenses.

A noção de “cultura gaúcha” trazida por este projeto, portanto, é construída a partir de conceitos discutidos pela literatura historiográfica e antropológica no que tange à configuração de um *ethos* claramente delimitado por relações de dominação do homem sobre a natureza, postas em ressonância com a dominação do masculino sobre o feminino. Todavia, conforme Ondina Fachel Leal, por serem as noções de masculino e feminino categorias socialmente construídas, está a primeira - na cultura gaúcha -

---

<sup>4</sup> O município de Bagé, pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul, localiza-se na região geográfica conhecida como escudo Sul-Riograndense, chegando a formações de altitude de quinhentos metros na região da campanha e também abrange a região geográfica denominada Depressão central, composta por terras com altitude ao nível do mar.

diretamente relacionada à dominação do homem sobre a natureza: “na cultura gaúcha, a masculinidade tem que ser constantemente adquirida e provada entre o grupo masculino de iguais”.

Neste sentido, a própria noção de natureza, para Marshall Sahlins, deve ser relativizada, já que a distinção natureza/cultura é uma distinção operada pela cultura. Ou seja, mesmo os fatos relegados à esfera da natureza são classificações culturalmente avaliadas, e, obviamente, desenvolvem esquemas específicos em diferentes culturas. Sahlins traz como exemplo as operações totêmicas que tornam a carne de determinados animais comestíveis e de outros não, conforme os diferentes graus de proximidade que apresentam com relação aos seres humanos, numa escala de afastamento do canibalismo – como no esquema americano boi-porco-cavalo-cachorro, do comível para o que corresponde ao tabu da não-comensalidade, que segue antes uma lógica de comparação totêmica e uma razão da cultura do que determinações econômicas ou biológicas.

Esta breve apresentação de algumas teorias da cultura vem a introduzir a descrição que se pretende fazer do objeto desta pesquisa, qual seja, o processo de construção e as transformações da cultura gaúcha a partir das relações estabelecidas entre os diferentes agentes (humanos, animais e utensílios<sup>6</sup>), que têm no sistema da pecuária um fato social total presente na estrutura das mais diferentes dimensões de sua existência.

## 5. Referências:

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Horizontes Antropológicos / UFRGS**. Ano 10, n. 22. Porto Alegre: PPGAS, 2004.

LEAL, Ondina Fachel. Do etnografado ao etnografável: “O Sul” como área cultural. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano 3, n. 7, p. XXX, Nov. de 1997.

MOREIRA, Igor. **O espaço rio-grandense**. São Paulo: João Guizzo Editor, 1999.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ZANOTELLI, Jandir João. **Rio Grande do Sul. Arquétipos culturais e desenvolvimento cultural**. EDUCAT: Pelotas, 2003.

---

<sup>6</sup> Lúcia Hussak van Velthem, em “Farinha, casas de farinha e objetos familiares em Cruzeiro do Sul – Acre”, aponta para a importância de a perspectiva antropológica extrapolar o utilitarismo dos objetos e artefatos, tomando-os como agentes capazes de constituírem sistemas de relações sociais entre si e os seres humanos com quem trabalham. Desta forma, são agregados aos objetos materiais, atributos genealógicos, históricos e de intencionalidade.